

Do texto e do contexto

Encenar hoje *O fim* de António Patrício

Christine Zurbach



<
O fim,
 de António Patrício,
 enc. Victor Zambujo,
 CENDREV, 2010
 (Jorge Baião
 e Rosário Gonzaga),
 fot. Paulo Nuno Silva.

Título: O fim (1909). *Autor:* António Patrício. *Versão dramaturgica:* Armando Nascimento Rosa e Victor Zambujo. *Encenação:* Victor Zambujo. *Orgânica sonora:* David Martins. *Cenografia:* Acácio Carvalho. *Figurinos:* Manuela Bronze. *Desenho de Luz:* António Rebocho. *Interpretação:* Álvaro Corte-Real, Jorge Baião, Maria Marrafa, Rui Nuno, Rosário Gonzaga. *Produção:* CENDREV. *Local e data de estreia:* Teatro Garcia de Resende, Évora, 8 de Janeiro de 2010.

Para um espectador eborense atento à programação do CENDREV, a escolha de António Patrício não surpreenderá muito. Integra-se numa estratégia assumida de companhia de repertório, pautada por orientações que tendem mais recentemente a privilegiar a dramaturgia de autores portugueses: recorda-se o clássico *Gil Vicente* em 2007, com o *Auto da festa* integrado na continuação do programa Painel Vicente iniciado em 1978 com *O velho da horta*, por Mário Barradas, fundador do projecto de teatro em Évora, falecido em finais de 2009; as novas dramaturgias nacionais como o teatro de Nascimento Rosa, com várias peças estreadas em Évora, sendo a última *Antígona gelada* em 2009, de Abel Neves com *Além as estrelas são a nossa casa*, de Miguel Real com a peça *Memórias de Branca Dias*, monólogo que contou com a sensibilidade e maturidade da actriz Rosário Gonzaga, e do dramaturgo

Norberto Ávila, que festejou com o CENDREV na temporada de 2009 cinquenta anos de carreira dramática com a estreia da peça *O rosto levantado*. Mas, quando no ano do centenário da implantação da República, a obra mais emblemática de António Patrício consta das opções de programação de 2010, a essa dedicação declarada à dramaturgia nacional acrescenta-se uma outra valência: a do comprometimento do CENDREV com um sentido social e cultural da prática do teatro no qual o espectador se encontra inserido enquanto cidadão e observador / participante da História.

É, de resto, exemplar a história da recepção cénica de *O fim*: publicada em 1909, a peça parece anunciar a queda do regime monárquico que terá lugar no ano seguinte e, quando finalmente é estreada na Casa da Comédia numa encenação de Jorge Listopad em 1971, Portugal está perto

de concluir um processo decisivo de mudanças políticas com a queda do regime salazarista no 25 de Abril. Para os encenadores convidados a participarem no colóquio "*O fim*, de António Patrício, 100 anos depois" promovido pelo CENDREV e durante o qual foram evocadas outras encenações entre 1971 e 2010¹, tal articulação entre a fábula da peça e o contexto da sua encenação surgiu de forma quase sistemática, dando conta da atenção que o teatro, mundo da ficção e do imaginário, pode dar ao entendimento da História, dando sentido ao tempo colectivo.

O colóquio confirmou que, aliado a esse reconhecimento, o discurso em torno da recepção cénica da peça refere de forma reiterada um interessante vínculo da fábula com circunstâncias externas da ficção que tornam pertinente a sua inclusão no repertório vivo do teatro. No programa do espectáculo do CENDREV, é referida essa relação entre a acção narrada nessa obra de António Patrício e a realidade dos factos históricos que pontuam a História de Portugal, considerando-o, por isso, um texto "premonitório (...), que pressente as transformações sociais, políticas e culturais que varreram o século XX".

Assim, se, para o espectador, a sua escolha para a temporada de 2010 permite antecipar opções de leitura cuja tónica será focalizada nas questões de natureza ideológica e nas respectivas dificuldades de interpretação que hoje se levantam, na encenação de Vítor Zambujo, tal abordagem dramaturgic não ignorou a dimensão artística e estética do texto. E o espectador culto, também ele, conhece a dramaturgia de António Patrício, autor cujo valor hoje é o de um "clássico" da modernidade literária e teatral, e terá lido *O fim*, drama cuja densidade poética é unânime e merecidamente referida e elogiada pelos conhecedores. Aliás, no colóquio já referido aqui, os criadores convidados pelo CENDREV para evocar o seu

trabalho sobre a peça concordaram no reconhecimento do desafio inesgotável que a peça representa para os seus intérpretes enquanto obra de viragem, de ruptura, e de esbatimento de fronteiras. Sem dúvida profundamente original relativamente à escrita dramática portuguesa da época, *O fim* é visto como precursor das inovações artísticas que viriam a surgir mais tarde como o expressionismo, o teatro dito do absurdo, ou ainda o teatro épico.

Nas escolhas iniciais do CENDREV, a peça é tratada como um (quase) monumento textual, "um grande texto de um grande autor português", nas palavras do encenador. A encenação parte de um dado prévio de natureza estruturante: o texto foi objecto de transformações importantes que, como a supressão de personagens e de réplicas, ou a sua redistribuição, tornaram mais proeminentes as figuras centrais do Paço e do mundo exterior: por um lado, a Rainha, o Duque e a Aia, com a passagem do Ministro, e por outro, o Desconhecido, vindo da rua em ebulição. Com o apoio do dramaturgo Nascimento Rosa – que contribuiu para a elaboração da versão eborense do texto – o encenador optou por valorizar no seu trabalho de direcção de actores a beleza de uma escrita que junta nos diálogos a prosa e o verso, realçando desse modo a dimensão insólita que emana da imagem rítmica e sonora das réplicas da Rainha, cujo papel é interpretado por Rosário Gonzaga. Uma outra nota característica de tal opção consiste no tratamento dado ao texto didascálico, enunciado em cena, em jeito de citação da linguagem estético-simbolista que envolve a peça, por uma personagem criada para o efeito – o próprio António Patrício – o que causa um efeito de estranheza, em ruptura com o onirismo do conjunto.

O espectáculo desenrola-se na zona do palco do Teatro Garcia de Resende, lugar privilegiado para enquadrar o ritual teatralizado da representação, cujo cerimonial

¹ O colóquio teve lugar no Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende em Évora no dia 09 de Janeiro de 2010. Foi moderado por Armando Nascimento Rosa e Rui Pina Coelho, e contou com a presença dos encenadores Jorge Listopad, responsável pela descoberta da obra para a cena, na Casa da Comédia, 1971, Rui Madeira, que encenou o texto com a Companhia de Teatro de Braga em 1986 e 1993, Paulo Lages, autor do libreto *O fim-Ópera íntima*, encenado no Centro Cultural de Cascais em 2004, e Nuno Nunes que trabalhou o texto no âmbito da sua formação na Escola Superior de Teatro e Cinema.



< >

O fim,de António Patrício,
enc. Victor Zambujo,
CENDREV, 2010

(< Maria Marrafa;

> Maria Marrafa,

Rosário Gonzaga,

e Jorge Baião),

fot. Paulo Nuno Silva.

começa pela chegada do espectador ao seu lugar na bancada montada em frente do estrado que representará o palácio, num ambiente algo intimista criado para um público em número restrito, simultaneamente próximo e distante da actuação dos actores. Assim torna-se de imediato claro assim que o discurso que estrutura as opções do encenador nasce na cenografia criada por Acácio de Carvalho, com um dispositivo cénico distribuído entre dois planos. O primeiro consiste num palco rectangular, com contornos nítidos e ligeiramente elevado, onde aparecem as figuras. Constitui o espaço da acção, único e comum aos dois actos, mas cuja transformação e degradação seguem o desenvolvimento do enredo: o interior do palácio na sala de recepção nos Quadros Primeiro e Segundo, e um espaço circundante no qual actua António Patrício, a personagem acrescentada à distribuição original, que aparece na abertura do espectáculo, mas ainda fora da ficção narrada, e que volta no início do segundo quadro. É o dramaturgo a quem incumbe a tarefa da apresentação – verbalizada em cena – do espaço inventado por ele próprio e descrito nos pormenores das extensas didascálias. A opção de Acácio de Carvalho para a restante cenografia aposta na centralidade de uma construção, um dispositivo cénico reduzido ao mínimo: vertical e abstracto, meio esfarrapado, evoca o simulacro de um trono-altar com um dossel, que funciona como elemento fixo em torno do qual se desenrola o bailado mecânico da Aia, o percurso geométrico do Duque, ser disforme em ceroulas brancas, e da Rainha em devaneios sonhados. Único elemento construído, o trono está no meio de um palco de madeira com furos que deixam pontualmente passar focos de luz ou fumos brancos, que compõem a atmosfera irreal da peça.

É nos limites desse território marcadamente teatral que o discurso da encenação encontra globalmente a sua

materialização, articulando interpretação, cenografia e figurinos, música e luzes numa combinatória que, em termos estéticos e funcionais, privilegia uma linguagem não-realista, simbólica ou simbolista, também reflectida na estilização e na contenção do trabalho gestual dos actores, bem patente na pose algo hierática e nos movimentos sóbrios da personagem da Aia interpretada pela actriz Maria Marrafa. O guarda-roupa da autoria de Manuela Bronze foi concebido como “expressão de uma certa estridência na distorção, subtil, dos paradigmas da verosimilhança social e hierárquica”, em particular nos três habitantes do Paço, universo do sonho e da ilusão em véspera de uma festa de aniversário que não poderá ter lugar. A imagem criada pela composição plástica das roupas é conotada com um gosto que mescla apontamentos de moda finissecular, ou já fora do tempo, com texturas que reenviam para o requinte das vestes de festas ou de cerimónias, mas numa corte moribunda. A maquilhagem é concebida como uma máscara fúnebre, que sublinha e exagera o contraste entre a palidez dos rostos exangues e o negro dos olhos. No Duque, interpretado por Jorge Baião, o corpo já é apenas o de um boneco articulado cuja mecânica tosca se torna tragicómica na sua tentativa de salvar as aparências ao serviço da Rainha.

No programa e numa carta apócrifa de António Patrício endereçada a Manuel Teixeira-Gomes, Armando Nascimento Rosa recupera e cita a expressão usada pelo penúltimo presidente da Primeira República e autor da tragicomédia *Sabina Freire* para qualificar a peça: uma “louca rajada shakespeariana”. É essa a aposta da leitura de *O fim* pelo CENDREV que consegue assim ir além da mera circunstância comemorativa, encontrando a chave para a leitura de um texto lúcido e sombrio na sua enigmática e profunda beleza teatral.